

Dossiê

Diversidade cultural/
sexual e de gênero

tríade
comunicação, cultura e mídia

Pode uma bicha comunicar? At(r)aques para uma Teoria da Comunicação

Samilo Takara

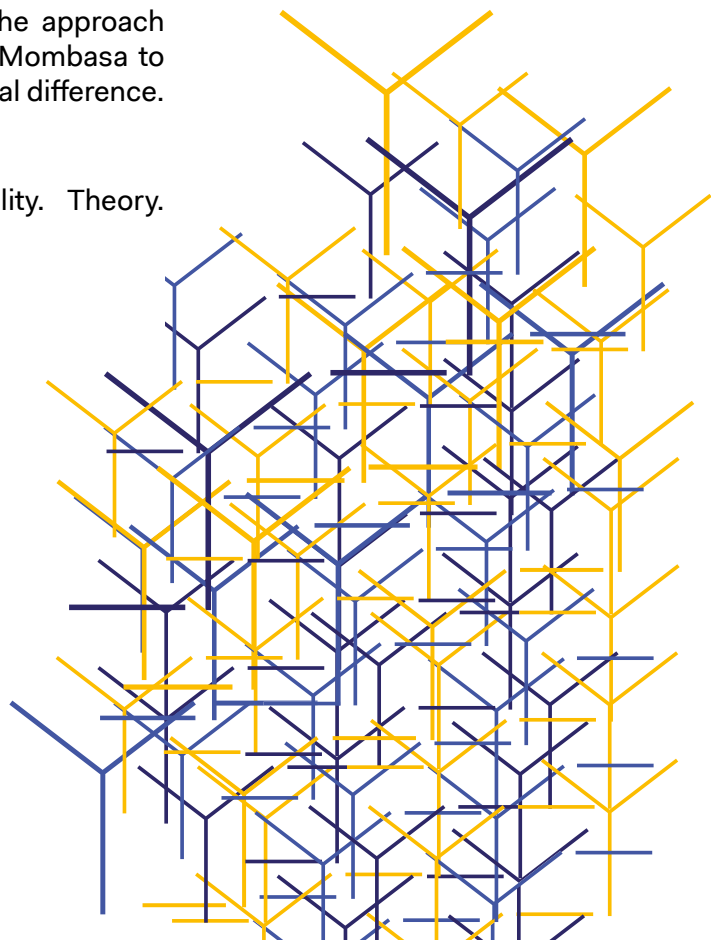
Universidade Estadual de Londrina [UEL], Londrina, Paraná,
Brasil. Contato com o autor: jsami.takara@gmail.com.

Resumo: Este texto participa de uma proposição para problematizar as demandas da comunicação, no intuito de discutir a diversidade cultural/sexual nos campos da Comunicação. Com base em interlocuções com os aportes teóricos dos Estudos Culturais, as proposições da sexualidade e a relação da comunicação na produção de efeitos, sentidos e significados, discute-se a seguinte problemática: pode uma bicha comunicar? Este texto utiliza-se de estratégia metodológica bibliográfica e propõe-se a discutir o limite das práticas comunicacionais para as diferenças culturais, as demandas e as necessidades de problematização do campo acadêmico e científico sobre os estudos no campo da Comunicação. Incita-se a aproximação com as problemáticas desenvolvidas por Gayatri Spivak e Jota Mombaça para problematizar a comunicação como espaço para a diferença cultural/sexual.

Palavras-chave: Comunicação. Estudos culturais. Sexualidade. Teoria. Bicha.

Abstract: Can a faggot communicate? Att(achments)acks to a Theory of Communication. This text participates in a proposal to problematize the demands of communication in order to discuss cultural/sexual diversity in the fields of Communication. Based on dialogues with the theoretical contributions from Cultural Studies, the propositions of sexuality and the communication interface in the production of effects, senses and meanings, one discusses the following issues: can a faggot communicate? This text makes use of bibliographic and methodological strategy and proposes to discuss the limits of communicative practices to cultural differences, the demands and needs of questioning the academic and scientific field, on the studies in the area of Communication. One prompts the approach to the problems developed by Gayatri Spivak and Jota Mombasa to problematize communication as a space for cultural/sexual difference.

Keywords: Communication. Cultural studies. Sexuality. Theory. Faggot.



1. Introdução

A disciplina de Teoria da Comunicação presente nos cursos de graduação das universidades brasileiras é produzida em diferentes perspectivas pelas linhas, tendências, escolas e autores/as que sugerem para os/as acadêmicos/as dos cursos a ideia do que é Comunicação. Nesse sentido, aprende-se nesses componentes curriculares a produção, a disposição, a circulação e o consumo de ideias que explicam a Comunicação principalmente durante o século XX e como esse campo de conhecimento foi pensado.

Ao utilizar o termo *atraque*¹ no título, refiro-me a um termo utilizado no linguajar popular de gays que significa brigar, entrar em confronto de forma intensa com alguém – ou mesmo pegar, ficar, envolver-se –, no intuito de elucidar que este não é um trajeto tranquilo. Imerso em leituras para pensar a Comunicação e suas teorias, encontro discussões desenvolvidas por Künsch (2007, 2009, 2011), Lopes (2001) e Signates (2012) acerca das condições epistemológicas da teoria da comunicação e da própria Comunicação como ciência e/ou campo acadêmico/científico.

Nessas leituras, encontro anteparo nas explicações dos autores e da autora em formular como o conceito de comunicação, as disputas pelo entendimento científico, metodológico e acadêmico desse campo e as lógicas estabelecidas sugerem para nós uma dificuldade em conceituar, definir ou mesmo delimitar nossos estudos em uma lógica que ofereça condições de produção. Ao mesmo tempo, também incomodam os modos como nos afeioamos aos paradigmas comunicacionais comentados por Lopes (2001) acerca da produtividade transdisciplinar da comunicação em fazer relações com outras áreas e campos de discussão porque estamos entremeados a uma lógica comunicacional que transforma o comunicar em algo da ordem do sentido, do efeito ou da significação. Concordo com a autora que o campo faz-se múltiplo e indisciplinado – aqui no sentido de que não estamos sob uma disciplina apenas – entretanto, conforme trazem Künsch (2007, 2009, 2011) e Signates (2012) buscamos sentidos acerca do que comunicar significa hoje.

Fico interessado ao ver a disposição de Signates (2012, p. 11) em explicar-nos que a comunicação é condição para a democracia e sua defesa de que comunicação não é apenas efeito ou sentido, mas “modo de ser da democracia”. É interessante sua aproximação deste sentido ao fazer os apontamentos sobre os fluxos comunicacionais em três instâncias: campo autonomizado da modernidade, garantia da democracia e política pública. Esses elementos corroboram para a proposta do autor em discutir a comunicação para uma “cidadania participativa” e, desse modo, “[...] criar uma situação social, política, cultural e administrativa que favoreça a inversão da lógica do poder e do controle, na relação entre Estado (instituição por excelência de poder) e sociedade” (SIGNATES, 2012, p. 17).

Em um sentido próximo, fico admirado com a positividade da narrativa e das contribuições de Künsch (2007, p. 59) de entender a comunicação como compreensão e, assim, propor que

1 No Dicionário Online de Português, consultado pelo endereço: <<http://www.dicio.com.br/atraque/>>.

“[...] a compreensão, tanto no sentido que a torna parceira da complexidade quanto no da intercompreensão e da intersubjetividade, se faz conhecimento e se faz comunicação”. Com as contribuições deste autor, percebemos a capacidade de problematizar o campo científico e sair de uma lógica de submissão aos conceitos, como ele trata ao discutir sobre a necessidade de abertura de diálogo e incitar a discussão para além de um status arrogante como o autor critica (KÜNSCH, 2011, p. 39).

Entre as leituras produtivas dessas discussões, as relações entre democracia, compreensão, comunicação e ciência me fazem pensar em como estamos distantes do que Spivak (2010) nos questionou na sua afiada crítica aos autores pós-estruturalistas e as problemáticas levantadas em campos do pensamento filosófico e tradicional. Incomodado – desde a leitura de seu texto e de suas críticas, até os textos citados acima e, ainda, na feitura deste texto, ficou-me sua interrogação: Pode o subalterno falar?

A autora nos deixa claro que não.

O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à “mulher” como um item respeitoso nas listas de prioridades globais. A representação não definiu. A mulher intelectual como uma intelectual tem uma tarefa circunscrita que ela não deve rejeitar com um floreio (SPIVAK, 2010, p. 126).

As críticas da autora são pertinentes porque nos mostram que existe um limite que não discutimos em campos teóricos e acadêmicos. Nas teorias da comunicação falamos sobre os efeitos da mídia, os sentidos atribuídos às funções e às práticas comunicacionais, tratamos das formulações tecnológicas, da interferência na vida das pessoas e como há sentidos e significados que perpassam nosso campo de estudos. Mas, aqui me incomodo com a ideia de que presos aos efeitos e os sentidos, nos perguntamos se a comunicação é para todos/as? Ou, ainda, seria possível que para qualquer pessoa em qualquer campo e lugar comunicar? Desse modo, o título desse texto pergunta-se como questão norteadora desta discussão: Pode uma bicha comunicar? A comunicação como campo múltiplo e transdisciplinar caracterizada por Lopes (2001) parece um lugar aberto e receptivo à democracia de Signates (2012); como o campo profícuo para que possamos nos expressar, temos a compreensão de Künsch (2007, 2009, 2011) que parece uma proposta acolhedora e sincera. Mas, quem pode comunicar? E, talvez, mais próximo deste incômodo – quem pode teorizar a comunicação?

Esta discussão insere-se, entre outros trabalhos, na disputa por sentidos e significados acerca da comunicação e de uma formação não conformada com os modos como a homossexualidade é vivida e sentida nos espaços sociais, culturais, políticos e econômicos. Referenciar-se a uma bicha é um modo de salientar que esta perspectiva é uma possibilidade de vislumbrar o tema, mas que outras representações são necessárias para deslocar os sentidos fixados acerca da homofobia e da homossexualidade no contemporâneo.

As discussões de Spivak (2010) são contribuições relevantes não apenas para os feminismos, mas para as diferenças culturais, as formações sociais e a comunicação para

pensarmos as lógicas que foram estabelecidas acerca do papel de fala nas sociedades. Em outra discussão Honneth (2003, p. 259 e 260) trata do reconhecimento como categoria a ser pensada em nossas discussões. Em seu percurso analisando as condições filosóficas e sociais que são problematizadas no pensamento hegeliano e nas contribuições de George H. Mead, o autor nos mostra o reconhecimento como uma possibilidade de constituição das formas de pensar o social e sua contribuição à discussão acerca da comunicação.

As formas de reconhecimento do amor, do direito e da solidariedade formam dispositivos de proteção intersubjetivos que asseguram as condições da liberdade externa e interna, das quais depende o processo de articulação e de uma realização espontânea de metas individuais de vida; além disso, visto que não representam absolutamente determinados conjuntos institucionais, mas somente padrões comportamentais universais, elas se distinguem da totalidade concreta de todas as formas particulares de vida na qualidade de elementos estruturais (HONNETH, 2003, p. 274).

Dadas estas condições, encaminho a proposição deste texto a problematizar se a bicha participa desses reconhecimentos amorosos, do direito e da solidariedade para, antes de pensarmos na democracia e na compreensão, problematizarmos a comunicação. Diferente dos autores e da autora com os quais dialogo neste texto, entendo que a comunicação não é um campo de confluência amistoso, plural e coletivo, mas um campo de batalha. Aqui, deste modo, defendo a ideia de que comunicação – como conceito – é o exercício de estratégias e resistências pelo lugar daquele/a que comunica.

Assim, comunicação não é um lugar compreensivo ou democrático, infelizmente, nesta leitura. Afirmar isto, entretanto, não é perder-se em uma dimensão pessimista ou triste acerca dos modos de pensar a comunicação, mas encarar este campo como condição de disputa. Essa aposta aproxima-se do que ensina Pelbart (2016, p. 418), analisando o avesso do niilismo, que as entregas que fazemos a qualquer coisa que nos dispomos são ações e instaurações que nos implicam em “[...] um modo de existência e assim, num efeito bumerangue, experimentamos distintos modos de existência para nós, bem como suas derivas. Instaurar não é algo vago ou nebuloso”.

Assim, olhar a disputa faz-me pensar as possibilidades. Perguntarmo-nos se estes que são considerados externos, desimportantes, de fora podem se comunicar, também é uma forma de criar, de produzir sentidos. Entendo que tal empreitada “[...] trata-se de nossa própria existência, incompleta sempre, em estado de esboço, de obra por fazer, que cabe ‘prolongar’ como se prolonga o arco virtual de uma ponte quebrada ou em construção” (PELBART, 2016, p. 419). Desse modo, a pergunta tem que ressoar, interesse e investimento em que a bicha possa comunicar e também teorizar a comunicação. Mas ela não pode. E quando afirmo isso, aproximo-me do que interroga Mombaça (2015, s/p):

Ao invés de pôr em dúvida nossa capacidade de forjar discursos e saberes desde as subalternidades, escolho interrogar a capacidade dos marcos hegemonicamente consolidados de reconhecer nossas diferenças. Assim é que, no limite mesmo da

minha pergunta, insinua-se ainda outra: pode um saber dominante escutar uma fala subalterna quando ela se manifesta?

Mombaça (2015) explica que nosso problema não é o de produzir discursos inseridos em sentidos e significações sociais, entretanto, sermos ouvidos, termos espaço é um dos problemas. Então, não somos permitidos falar. Nossa fala fica em outra condição, a de saberes menores. Aí insere-se nossa necessidade de problematização.

2. Quem (ou o que) é a bicha?

A bicha me remete a uma personagem conceitual (ZAMBONI, 2016) e, ao mesmo tempo, a uma prática pedagógica (TAKARA, 2017). Para estes autores, essa personagem/pedagogia é uma forma de entender o mundo e de perceber os limites/potenciais dos sentidos acerca das sexualidades e do que configuramos em nossas sociedades como natural, estabelecido, pronto e normal. Desse modo, “[a] bicha configura uma insistente problematização do que somos, rejeitando as finais soluções – que são sempre propostas pretendendo exterminar o problema, (dis)solver suas (com)posições” (ZAMBONI, 2016, p. 6).

Sinônimo de efeito, a bicha é episódica, ela produz sentidos ao desestabilizar os limites entre certo e errado, natural e artificial, comum e incomum, ou seja, ela nos ensina sobre o limite entre normalidade e anormalidade (TAKARA, 2017). Nas palavras de Zamboni (2016, p. 7) “[n]ão se quer aqui delimitar o que seja a bicha, mas justamente romper com o verbo ser para afirmar os devires, as experimentações existenciais que deslocam e desmancham determinadas situações, possibilitando a invenção de outros meios de vida”. A bicha indefinida é o que indefine a lógica do normal.

Por estas características, a pergunta que inicia este entretítulo tem por intuito desestabilizar os sentidos finalizados e prontos da comunicação como processo e/ou ato de tornar comum. Inconstante, a bicha nos mostra com sua monstruosidade pedagógica, sua potencialidade comunicacional (TAKARA, 2017). A bicha confunde o/a ativo/a e o/a passivo/a do ato comunicacional. Sempre relativa, a bicha aprendeu que o importante é o prazer, não importa a posição que ocupamos. Desse modo, a bicha não entende essa organização sistemática que foi traduzida como modelo comunicacional.

Antes da efetividade, dos efeitos dos meios de comunicação e/ou dos sentidos que a mídia passa, a bicha bambeia nos limites dos processos, a bicha é artesanal. E, desse modo, ela coloca a comunicação nesse jogo que sai dos sentidos prontos para pensar sobre a capacidade da criação. Esgotados/as pelos sentidos e efeitos, pelas tecnologias, pelas redes prontas, pelas ideias de outros/as sem nenhuma possibilidade de compreensão e de democracia, a bicha aproxima-se do esgotamento, não como aquela que está esgotada, mas a que esgota.

O esgotamento do possível é o esgotamento de um certo possível, aquele “dado de antemão”, o repertório de possíveis que nos é ofertado em forma de múltipla escolha a cada dia. Trata-se da concepção do possível tal como Bergson a fustigou e

demoliu. Para Deleuze, tal esgotamento nada tem de negativo, é apenas a condição para alcançar outra modalidade de possível, o possível como o “ainda não dado”, o possível “a ser inventado”, e a ser inventado numa situação de “impossibilidade”, portanto, de “necessidade”. O fim do possível corresponde precisamente à criação necessária de possíveis. Já não se trata do possível como *mera possibilidade*, ideal, fortuita, gratuita, intercambiável, mas o possível *criado necessariamente*, mesmo que *a partir de uma impossibilidade*. Não são raras, em Deleuze e Guattari, as referências ao artista, ou ao escritor, ou ao pensador, e por que não ao militante, ao clínico, ao homem qualquer, cercado por um conjunto de impossibilidades e sendo conduzido, impelido, forçado até, a inventar uma saída, a *criar um possível*. É quando o possível deserta o campo do *contingente*, cujo elogio fazia Agamben, para alcançar, enquanto criação, o estatuto da *necessidade* (PELBART, 2016, p. 340, grifo do autor).

Passando por essas diferentes marcas de sentidos e explicações prontas, a bicha nos convida ao experimento de ser/estar/agir de diferentes modos. Limite da masculinidade, pedagógica para àqueles/as que precisam proteger a fragilidade do ser macho/fêmea nas sociedades ocidentais e orientais que definiram critérios a se usar para comunicar o/a masculino/feminino socialmente, a bicha é uma forma estranha (GARCIA, 2000, p. 11). Estranhar é o que faz a diferença, entretanto, o estranhamento é tratado como aniquilamento do outro. Esse é o problema.

Ressaltemos: o outro como problema é momento de um processo. De fato, o outro se fabrica. Esculpimos o outro traço por traço, num processo social e cotidiano: sobre a diferença de cor, fabricamos o negro; sobre a diferença de sexos, fazemos da mulher a costela complementar do homem; sobre a diferença de origem geográfica, convertemos o forasteiro – esse que, não tendo podido faltar durante séculos na festa popular, os artesãos aragonenses imortalizaram em forma de cabeçudo –, convertemo-lo, digo, em estrangeiro...E assim, de cada um deles fazemos um estranho (p. 24).

Garcia (2000) desenvolveu estudos acerca das homossexualidades e suas potencialidades e limites em diferentes organizações. Sua contribuição localiza as diferentes práticas de significação que definem a homossexualidade em diferentes momentos. Entretanto, os/as homossexuais são, ainda, uma lógica de normalização em diferentes momentos. Vestidos/as pelo signo da diversidade podemos falar, comunicar, dizer, desde que estejamos tutelados pela proposição de uma normalização. Garcia (p. 98 e 99) reconhece e discute isso, propondo para nós que vejamos a sujeição de homens e mulheres “[...] lançados e quebrados pelos espaços socioculturais dinâmicos dos objetos e do contexto, como depositário do movimento perceptivo, e se sobrepõem aos rastros vibrantes e intencionais de suas próprias armadilhas – como jogos”.

Essa lógica problematizada contribui para entendermos como a comunicação e os sentidos são ligados a uma lógica de poder. Seguindo as contribuições de Gomes (2003) percebemos como a comunicação atua na prática recorte da realidade e dos sentidos acerca do mundo. Ou seja, a prática da comunicação centraliza um potencial de normalização e de assujeitamento que finaliza os processos produtivos. A comunicação, neste sentido, não se efetiva como um espaço compreensivo e/ou democrático, mas como uma disputa pelas formas de expressar-se. Se o ato de gerar sentidos fosse uma única formulação da comunicação e, desse

modo, do ato de comunicar, seria simples dizer que a comunicação é a conformação do mundo à lógica da normalidade.

Por outro sentido, a comunicação entendida como disputa nos permite o entendimento de que o processo é aberto, múltiplo e conflituoso. Não há uma finalização pronta e absoluta. Em outra lógica, Hooks (2008) nos oferece o entendimento da disputa que se dá pelos sentidos e pelas denominações.

Reconhecer que nós nos tocamos uns aos outros na linguagem parece particularmente difícil numa sociedade que quer que acreditemos que não há dignidade na experiência da paixão, que sentir profundamente é ser inferior; pois dentro do dualismo do pensamento metafísico ocidental, ideias são sempre mais importantes que a linguagem. Para cicatrizar a fissura da mente e do corpo, nós, povo marginalizado e oprimido, tentamos retomar nós mesmos e nossas experiências na linguagem. Nós procuramos construir um lugar para a intimidade. Incapazes de encontrar tal lugar no inglês padrão, nós criamos a fala rompida, imperfeita, desregrada do vernáculo. Quando eu preciso dizer palavras que fazem mais do que simplesmente refletir ou se dirigir à realidade dominante, eu falo o vernáculo negro. Lá, nesse lugar, nós fazemos o inglês fazer o que nós queremos que ele faça. Nós tomamos a língua do opressor e a viramos contra ela mesma. Nós fazemos das nossas palavras uma fala contra-hegemônica, liberando-nos nós mesmos na linguagem. (HOOKS, 2008, p. 863 e 864).

Aprender com as discussões feministas e LGBTs permite que haja espaços à problematização. Entender que estamos em uma lógica dominada pelos sentidos da normalidade é um modo de pensar as estratégias e as resistências. Nesse sentido, problematizo que a comunicação poderia ser compreensão e/ou democracia desde que fôssemos entendidos/as como iguais, desde que houvesse no social o reconhecimento de vida e de criação que temos, entretanto, nos é permitido falar, comunicar e pertence, desde que aceitemos as lógicas da normalização e as imposições do que é entendido por normal. Este é o problema. Antes de pensar a atividade, a passividade, a interatividade entre as comunicações diferentes, precisamos investir em outras dinâmicas. Desse modo, a bicha não é um quem definido, pronto e delimitado, não é a homossexualidade dada por comum, aceita e pronta, antes ou menor que isso, em outra direção invisto na proposta de “inventar o Arquivo” (PRECIADO, 2014, p. 214).

3. Comunicar é uma estratégia

Ao optar por inventar outros modos de significação/sentido para pensar os efeitos da comunicação, escolho aqui reconhecer (como estratégia de comunicação) as contribuições das discussões feministas e LGBT para pensar a comunicação como espaço de disputa e resistência aos processos. Antes de normalização, de compreensão e de democracia, a comunicação é uma disputa por sentidos e significações, por ações e reações, por formas de atuar e criar. Ao optar por este caminho, entendo que a comunicação está encabrestada nas lógicas encontradas até aqui. Digo isso, porque aceitamos que seja transdisciplinar, mas a resistência a uma transexualidade, a uma transformação é o que nos exige entender comunicar como espaço de disputa.

Fala-se da existência do outro, do amor do outro, da preocupação com o outro etc., sem que seja evocada a questão de quem ou o que representa o outro. Esta falta de definição da alteridade paralisou o pensamento, inclusive o método dialético, em um sonho idealista apropriado para um único sujeito único (masculino), na ilusão de um absoluto igualmente único, e isto deixou a religião e a política em um empirismo, no qual, fundamentalmente, a ética está ausente, quanto ao respeito entre outras pessoas. Com efeito, se o outro não é definido em sua realidade efetiva, não é senão um outro eu, pode haver um mais ou menos eu, não um outro em sua própria realidade. Assim, o Outro pode representar o/ minha grandeza ou perfeição absoluta: Deus, Mestre, logos; pode nomear o menor ou o desvalido: a criança, o doente, o pobre, o estrangeiro; pode nomear aquele que creio ser meu igual (IRIGARAY, 2002, p. 3).

A explicação da autora nos mostra como os sentidos são estabelecidos a partir da lógica dada pela significação, mas também pela normalidade atribuída àqueles/as que chamamos de outro/a. O estatuto do normal discutido por Foucault (2006) mostra como os sentidos acerca da relação saber/poder instauraram formas de agir, significar e dizer. Se estas são as lógicas, a bicha não pode comunicar porque está em uma dinâmica outra. Junto à *butch* de Preciado (2014) essa figura nos mostra a normalização como uma conformação e um limite.

Assim, as lógicas de resistência reagem a sistemas de organização, delimitação e fixação de sentidos e efeitos. O discurso acerca de quem somos, o que fazemos, em que tempo, espaço e cumprindo algum desígnio específico. Ser é produzir de acordo com a norma dada. Irigaray (2002) nos ensina isso. O/A outro/a está sob a mira da normalização. O reconhecimento que precisa ser conquistado, aceito e submetido às regras da normalidade. A lógica da comunicação é uma estratégia que sustenta normalização e fragiliza questões referentes à diferença como espaço de criação.

Discutir os espaços de significação, as pluralidades e a oportunidade de questionar o estabelecido é um modo de pensar como devemos nos submeter a uma lógica de normalização para cumprir com a linguagem e a comunicação do opressor. Spivak (2010), Irigaray (2002) e Colling (2012) explicitam que a lógica do mesmo é protegida em um sistema de comunicação. Seguir a trilha proposta por Honneth (2003) é entender que o reconhecimento foi constituído a partir da capacidade de aceitar que devemos nos assujeitar às normas definidas pelos normais. Reafirmo, então, a bicha não pode comunicar, estamos nós – as diferenças – sujeitas às reproduções. Seria isso? Entendo que não. Desse modo, aproximo esta discussão da problemática constituída por Hall (2016, p. 33) com a proposição de “adotar uma perspectiva com maior abertura sobre o que é o paradigma, sem perder a percepção de que existe uma configuração específica e que essa configuração tem estado, por assim dizer, em vigor há muito tempo”.

Ao aproximar-me de sua contribuição, entendo a necessidade de visibilizar que nossas teorias são internas – aqui, me refiro ao processo de pensar os sujeitos que comunicam e recebem as comunicações, a elementos constitutivos do processo comunicacional, ou seja, àqueles/as que produzem e são produzidos/as pelas formas de comunicar – ao tratar de efeitos e sentidos que, de certo modo, são atribuições externas que o campo intenta responder.

Não ignoro que os sentidos, os discursos, os processos e os efeitos da comunicação

constituem e são constituídos nas relações entre os sujeitos e, desse modo, sei que estes elementos precisam ser problematizados. Entretanto, “[...] o sentido não funciona como um espelho. É uma prática, não uma coisa. Precisamos entender como as linguagens constroem o sentido e como a simbolização funciona para representar o mundo de diferentes modos” (p. 41). Assim, também precisamos atentar-nos a quem capta, produz, dissemina e recebe esses sentidos e os efeitos que são provocados. A proposta, desse modo, é percebermos o caráter artesanal do processo de comunicação e, assim, levar em conta as subjetividades e as formas de interferir nos sentidos estabelecidos por mais que nossas validades sejam a todo momento criticadas, como explica Mombaça (2015, s/p):

Da minha própria experiência acadêmica como bicha guerrilheira, posso contar das inúmeras ocasiões em que tive meu discurso intelectualmente desvalorizado em função do teor político de minhas colocações. A evocação de um saber estratégico, claramente posicionado, dinâmico e desobediente, por diversas vezes, rendeu-me conselhos sobre eleger uma atitude científica separada da minha prática política e, no subtexto, de meus próprios movimentos de vida. Como se este corpo gordo, mestiço, viado e revoltado, este cu canibal e sua política monstruosa, não tivessem lugar no âmbito da produção de conhecimento; como se este saber corpo-político não pudesse adquirir o status de saber, ou, quando muito, o de um saber menos verdadeiro que o saber científico que se supõe politicamente neutro.

Se a bicha não pode comunicar, ela reivindica outras estratégias, cria diferentes atuações. Resiste na prática e na teoria. Ao trazer essa mostra pedagógica que comunica sem permissão e de diferentes modos, a bicha, faço também referência a uma prática que precisa de nitidez nos campos científicos. Volto à contribuição de Hall (p. 42) no expressar que “[...] não há absolutamente nenhum modo pelo qual a teoria e a pesquisa em comunicação consigam evitar a questão ideológica”. Trazer essa afirmação é visibilizar que este texto pode receber críticas como perspectivismo e militância. Entretanto, estar em silêncio ou usar o que foi delimitado pelo campo da Teoria da Comunicação como validado é apenas convivência com a ideologia dominante. Mesmo assim, são necessários o embate e a disputa, porque como o teórico explica:

Falar de dominância é sempre falar de subordinação. É falar de um campo de relações estruturado pelo poder e pela diferença, isto é, sempre estruturado naquelas posições que estão em dominância e aquelas que não estão: posições que nunca são permanentemente fixas. Essa é uma ideia completamente diferente daquela da “ideologia dominante”, que vem de fora, impõe-se a indivíduos passivos, encobrendo sua compreensão discursiva comum do mundo, e simplesmente sobrepondo-a com perspectivas altamente homogêneas e tornando os indivíduos bobos culturais. Não é a ideia de uma classe dominante homogênea e unificada com sua ideologia dominante ou “visão de mundo” já sempre no lugar. Ao contrário, sabemos que as classes dominantes são profundamente divididas, que precisam da ideologia para estruturar sua própria unidade e seus próprios sentidos também. Elas não têm unidade fora dessas ideologias específicas que constroem para si, como para nós, seus modos de compreensão do que estão fazendo (p. 45 e 46).

Assim, apresento a proposta de que comunicação é a disputa, o tempo/espaço situacional pelo qual os sentidos, os significados e os efeitos são objetos/motivos/armas/

usos da comunicação. Este conceito é estratégico para ler o campo acadêmico e científico na perspectiva em que fomos formados. Os estudos desenvolvidos pelos centros de pesquisa e departamentos de comunicação consolidaram um espaço de crença da ciência como prática da neutralidade. Entretanto, esse viés ignora, ou mesmo desconsidera, aqueles/as que significam e são significados pelos códigos e discursos como marginais em nossos campos de investigação.

Imagino, também, que outra crítica que se levanta a esta proposta de entendimento da comunicação como estratégia, como espaço/tempo que está em disputa, seja a crítica a um relativismo, a um perspectivismo ou mesmo a um ativismo que não devem ser os critérios do pensamento científico. Desse modo, retomo a problematização apresentada por Jorge Larrosa (2010, p. 157 e 158) acerca da crença no pensamento científico.

[...] no relativismo sempre “se cai”? Porque será que o relativismo é uma queda ou um tropeção ou uma tentação? Porque, certamente, vocês observaram que também se fala na “tentação” do relativismo. Porque será que relativismo é pecado? Tenho a suspeita de que a concepção do relativismo como pecado, essa concepção está implícita nas expressões que acabo de assinalar, revela, como que por contraste, que a crença na verdade e na realidade é isso, uma crença que, como todas as crenças, exige, para a sua manutenção ou para o seu fortalecimento, a manifestação por parte dos crentes, de constantes e reiteradas profissões de fé. O relativismo é pecado porque vai contra a fé – e é necessário conservar a fé na realidade e na verdade porque essa fé é condição indispensável para que sejam fiéis aos que falam em seu nome, a todos aqueles por cuja boca fala a realidade e a verdade, bem como para seguir seus mandamentos. E, da mesma forma que houve um tempo em que se obedecia aos que falavam em nome de Deus e transmitiam suas ordens, é necessário que se obedeça aos que falam em nome dos Fatos e transmitem seus imperativos. E é essa fé que hoje parece estar em crise.

A ciência e a academia foram espaços higienizados e delimitados com problemáticas que estavam centradas em um ideal de humano – homem, branco, heterossexual, cristão, abastado financeira e politicamente. Ao cindir a lógica da fala, Spivak (2010) nos mostra outras necessidades e interesses. Mesmo sob a crítica da autora sobre os entendimentos do trabalho de Gilles Deleuze e Michel Foucault, estes autores discutiram sobre o papel daqueles/as que pensam em seu tempo: “[...] o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da ‘verdade’, da ‘consciência’, do discurso” (FOUCAULT, 2006, p. 71).

Estimulado por esta crítica, refiro-me então à potencialidade de pensar o conceito de comunicação como estratégia, espaço em disputa, local de conflito e de busca por reconhecimento, entretanto, não apenas o reconhecer para tornar-nos iguais, antes disso, o de sermos reconhecidos em nossas diferenças. A necessidade não é que entremos apenas no sistema acadêmico/científico – menos que isso – é o de colocar os espaços instituídos em disputa. A comunicação, desse modo, precisa olhar para as demandas levantadas por Künsch (2007, 2009, 2011) e Signates (2012) como a compreensão e a democracia, entretanto, a quem é permitido ser compreendido/a e cidadão/ã em nossos tempos e para a Teoria da Comunicação? Como Spivak (2010, p. 126) demonstrou em sua análise afiada: “o subalterno não pode falar”. Então, se não temos permissão, é hora de armar outras estratégias e reconhecer essa comunicação

como disputa entre os campos brancos, heterossexuais, cristãos e morais do eixo acadêmico/científico. É necessária a disputa pelos espaços de poder para manter-nos/as capazes de resistir. Mombaça (2015, s/p) explicita que um “cu mestiço” pode falar no sentido político como um dos pontos de enfrentamento.

A bicha, como emissora e receptora, como ativa, passiva, interativa, propõe-se a outras ordens. Se o saber científico se investe de neutralidade, trazendo ideias como os modos de vida que foram instituídos pelo pensamento de origem heterossexual, branca, cisgênera, eurocêntrica e nos padrões estabelecidos pelos abastados economicamente, precisamos de outras proposições. A bicha comunica pelos poros, pelo cu, pelos usos de seu corpo e pelas suas estratégias. Uma teoria da comunicação que seja compreensiva, democrática e que reconheça necessidades não deve deslegitimar as outras demandas, os diferentes sujeitos e outras práticas. Tornar comum não é um lugar tranquilo. A estratégia de disputa pelos sentidos é o que faz dos nossos modos de vida uma prática comunicacional.

4. Considerações finais

Neste texto, revemos o conceito de comunicação e o campo acadêmico/científico da Teoria da Comunicação como espaço significado, como lugar para pensarmos as questões epistemológicas e as propostas de transdisciplinar, compreensiva e democrática. Nesse sentido, tecemos apontamentos que mostram que este entendimento de comunicação como um espaço plural é habilitado para aqueles e aquelas que pertencem ou são entendidos por pertencentes ao sistema lógico estabelecido. Guiados pela crítica, pela análise e pela interpretação, buscamos outra prioridade: defender que a comunicação pode ser entendida como estratégia – espaço/tempo da disputa acerca dos efeitos dos meios de comunicação, dos sentidos e significados que são formulações estabelecidas por uma academia/ciência despreocupada com aqueles/as que não têm a permissão de falar, ao mesmo tempo, que diferentes pesquisadores/as, bem como aqueles/as que não se encontram na academia/ciência também precisam ter espaço para dizer. Desse modo, a comunicação precisa estar em disputa.

Se não podemos falar e falamos mesmo assim, estamos em uma proposição à resistência, às estratégias que localizam outras formas de atuar no mundo e aos enfrentamentos diretos às lógicas estabelecidas. A bicha não pode comunicar. Não tem esse direito. Então, fazer comunicação no viés da bicha é uma diferença que incomoda, instabiliza, propõe outras possibilidades. Ao buscar sentidos e significados, lógicas e estratégias, ao gerar este espaço da comunicação como disputa, a bicha está menos interessada no pronto, no dado e no comum, mas no possível, no artesanato e na prática de constituição de outras formas de existir.

Tecer as críticas acerca dos conceitos de comunicação como compreensão ou democracia não tem a ver com a proposição de invalidar ou mesmo menosprezar estes conceitos. As problemáticas deste texto estão em outra ordem. Quem é compreensivo às bichas? A bicha é um sujeito democrático de direito? Quem pode falar? Essas questões nos levam a pensar que

os efeitos e os sentidos como campos de compreensão da Teoria da Comunicação falam da lógica dada por natural e estabelecida no campo científico. Se a bicha está comunicando, essa é a estratégia que lhe pareceu aprazível e foi possível. Uma bicha tem seus privilégios. Então, outra questão ainda fica à vista: a comunicação seria apenas um espaço para privilegiados/as?

É necessário, nesta revisão epistemológica, propor que a Teoria da Comunicação seja redimensionada como estratégia para pensar sobre quem são os/as que podem comunicar em uma sociedade como a nossa. Em tempos turvos como os atuais, percebemos que as ideias de diversidade e de pluralidade cultural ainda não nos permitem discutir quem são os sujeitos de direito da comunicação. A pergunta-título fica respondida então: a bicha não pode comunicar. Ao comunicar, o machismo, a homofobia, o sexismo se alarmam e alastram suas técnicas e estratégias de poder sobre o corpo, a fala, o gesto e os sentidos expressos pela bicha.

Incomodar também é uma forma de bambear a estrutura e abrir outras perguntas: pode o/a negro/a comunicar? Podem as mulheres e os homens transexuais comunicar? Podem os/as indígenas comunicar? Podem os/as pobres comunicar? A quem é reservado o direito de comunicar? Se não por direito, fazemos por política, por prática de combate, por luta e por estratégias de sobrevivência. Essa é uma possibilidade. E este texto tenta causar o desconforto possível para pensarmos aqueles/as para os/as quais ainda não é possível comunicar. Se não é possível para todos/as, infelizmente, a compreensão e a democracia ainda não existem. Estamos em luta por reconhecimento, mas também estamos sobrevivendo e falando enquanto for (im) possível.

Fazer essa discussão sobre as necessidades de revisitar a comunicação e pensá-la nas dimensões e possibilidades é problematizar como o campo comunicacional foi entendido e estabelecido. Não existe um interesse em permissão. Antes de pedir direito a fala, este texto mostra que mesmo sem permissão, existem estratégias de ação que pulverizam nossas angústias e outras potencialidades. Este texto talvez seja parado na próxima fase de produção, ou mesmo, seja bem malvisto no campo acadêmico da comunicação. Se uma bicha incomoda ao comunicar, imagina se conseguíssemos rever esses privilégios e garantir que comunicar fosse possível e sem restrições.

Referências

COLLING, Leandro. Como pode a mídia ajudar na luta pelo respeito à diversidade sexual e de gênero. In: PELÚCIO, Larissa et al. (Org.). **Olhares plurais para o cotidiano**: gênero, sexualidade e mídia. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 22. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

GARCIA, Ramón. A propósito do outro: a loucura. In: LARROSA, Jorge; LARA, Nuria Pérez de. **Imagens do outro**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 24-46.

GARCIA, Wilton. **A forma estranha**: ensaios sobre cultura e homoerotismo. São Paulo: Edi-

ções Pulsar, 2000.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no jornalismo**: discorrer, disciplinar, controlar. São Paulo: Hacker Editores/Edusp, 2003.

HALL, Stuart. A ideologia e a teoria da comunicação. **MATRIZES**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 33-46, set./dez. 2016.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

HOOKS, Bell. Linguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 857-865, set./dez. 2008.

IRIGARAY, Luce. A questão do outro. **Labrys – Estudos Feministas**, n. 1-2, p. 1-12, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/irigaray1.pdf>>. Acesso em: 3 de agosto de 2017.

KÜNSCH, Dimas A. Comunicação e incomunicação: aproximação complexo-compreensiva à questão. **LÍBERO**, São Paulo, ano X, n. 19, p. 51-59, jun. 2007.

KÜNSCH, Dimas A. Aquém, em e além do conceito: comunicação, epistemologia e compreensão. **FAMECOS**, Porto Alegre, v. 16, n. 39, p. 63-69, ago. 2009.

KÜNSCH, Dimas A. Saber, afeto e compreensão: epistemologia da comunicação e dialogia. **LÍBERO**, São Paulo, v. 14, n. 27, p. 31-42, jun. 2011.

LARROSA, Jorge. **Pedagogia profana**: danças, piruetas e mascaradas. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. O campo da comunicação: reflexões sobre seu estatuto disciplinar. **Revista USP**, São Paulo, n. 48, p. 46-57, 2001.

MOMBAÇA, Jota. **Pode um cu mestiço falar?** [S.I.]: Medium, 2015. Disponível em: <<https://medium.com/@jotamombaca/pode-um-cu-mestico-falar-e915ed9c61ee>>. Acesso em: 7 de agosto de 2017.

PELBART, Peter Pál. **O avesso do niilismo**: cartografias do esgotamento. 2. ed. São Paulo: n-1 edições, 2016.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. 1. ed. São Paulo: n-1 edições, 2014.

SIGNATES, Luiz. Epistemologia da Comunicação na democracia: a centralidade do conceito de comunicação na análise dos processos políticos. **Novos Olhares**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 7-18, 2012.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

TAKARA, Samilo. **Uma pedagogia bicha**: homofobia, jornalismo e educação. 2017. 177 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

ZAMBONI, Jésio. **Educação bicha**: uma a(na[l])rqueologia da diversidade sexual. 2016. 116 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.